

ELEIÇÕES 2024



PAUTA MÍNIMA

PARA AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

SENGErs
Sindicato dos Engenheiros
NOSSO MAIOR PROJETO É VOCÊ.



A intenção do SENGE-RS é propor aos futuros administradores municipais uma lista de posturas, iniciativas e procedimentos nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geociências.

São aspectos apontados como inarredáveis e necessários à ampliação da qualidade dos serviços entregues à população, a partir da atualização e profissionalização dos processos, reduzindo ao mínimo as influências político-partidárias e econômicas ou interesses pessoais nas funções, cargos e atribuições de caráter eminentemente técnico.

São ideias que dialogam entre si, fundem-se e complementam-se, criando uma massa crítica e propositiva, aberta ao diálogo e à construção de um futuro melhor na gestão dos municípios gaúchos.

INTRODUÇÃO

O ano de 2024 foi emblemático, apesar dos municípios gaúchos estarem sofrendo, de forma consecutiva, com as severas mudanças no clima. As enchentes de maio causaram danos significativos à infraestrutura das cidades, além de provocar mortes e deixar milhares de desabrigados e desalojados. As consequências ainda estão recentes na memória e visíveis nas áreas atingidas nos municípios afetados.

A intensidade das chuvas e a falta de preparação adequada para estas situações extremas evidenciaram falhas na gestão pública, em especial nos aspectos relacionados à Engenharia de Manutenção, e na implementação de medidas preventivas e de sistemas de alertas e de contingências. As enchentes que assolaram o Estado não apenas interromperam a vida cotidiana, mas também destacaram a vulnerabilidade das áreas mais pobres, onde a falta de saneamento básico e de infraestrutura adequada amplificou os efeitos da catástrofe.

Um dado preocupante foi publicado recentemente pela Folha de São de Paulo. O risco de inundações ou de desmoronamentos de encostas é ignorado no principal instrumento urbano da maioria das cidades, o Plano Diretor. O estudo apresentado verifica que medidas preventivas a enchentes estão contempladas em apenas 27,61% dos municípios brasileiros. No caso de deslizamentos, em 13,11%.

Nesse contexto e somando-se todas as fragilidades que acompanham a gestão das cidades, as expectativas em relação ao próximo pleito são altas. Os cidadãos esperam que os futuros gestores apresentem planos concretos para a prevenção de desastres naturais, incluindo melhorias na infraestrutura urbana, sistemas eficientes de drenagem e políticas de habitação que impeçam a ocupação de áreas de risco. Além disso, espera-se um compromisso com a sustentabilidade e a adaptação às mudanças climáticas, garantindo que as cidades estejam mais preparadas para enfrentar eventos semelhantes no futuro, e que isso esteja refletido e seja ordenado via Plano Diretor. A gestão eficiente dos recursos públicos e a transparência na execução dos projetos são aspectos cruciais que os eleitores observarão de perto.

Fica evidente, tomando este cenário como um ponto de partida, que o desenvolvimento urbano necessita de gestão municipal integrada e sistêmica. Também é importante a valorização e a participação do município em Comitês de Bacias Hidrográficas, que são os fóruns adequados para discutir e propor ações de prevenção e solução de problemas de forma regionalizada no que tange às consequências de eventos climáticos como os que aconteceram este ano e que têm se tornado frequentes no sul do Brasil.

Nesse aspecto, os engenheiros, em especial, têm um importante papel a ser cumprido na busca de uma visão de conjunto, analisando causas e efeitos e propondo soluções de acordo com a melhor técnica.

Os administradores municipais devem reconhecer e valorizar a importância da Engenharia e da Arquitetura no desenvolvimento e gerenciamento das áreas urbanas, suburbanas e rurais sob sua jurisdição. Todavia, isso somente será possível com o assessoramento de profissionais qualificados integrantes dos quadros de carreira do próprio município.

Desde 2012, a cada novo processo eleitoral, o Sindicato dos Engenheiros no Rio Grande do Sul – SENGE-RS edita a chamada Pauta Mínima, iniciativa voltada às administrações municipais e do Estado. Formalmente enviada a todos os candidatos majoritários e seus partidos, o documento reúne contribuições contendo prioridades de cunho técnico, através do prisma da Engenharia e da qualificação dos seus profissionais, por intermédio da entidade que os representa. Move-nos a intenção de colaborar para gestões municipais mais ágeis, justas e eficientes, nas quais o interesse público (no que tange a aspectos econômicos, sociais e ambientais) prevaleça aos individuais, e onde as políticas públicas de desenvolvimento e de justiça social avancem regidas por uma visão de futuro factível e equilibrada.

Sindicato dos Engenheiros no Rio Grande do Sul | SENGE-RS
Porto Alegre, agosto de 2024.

CONTRIBUIÇÕES PARA A PAUTA DE DESENVOLVIMENTO

GESTÃO PÚBLICA

Planejamento estratégico de longo prazo que priorize o interesse da sociedade, valorizando e recuperando o quadro de servidores e as estruturas e equipamentos públicos.

Modernização administrativa e gerenciamento do patrimônio do município, com objetivo de acelerar e qualificar processos, equiparando a administração pública aos padrões de exigência da sociedade.

Acompanhamento pleno dos gastos públicos, evitando desvios e fraudes na gestão financeira, tributária e contábil, realizando os investimentos e melhorias previstas no orçamento e contemplando as necessidades da população.

Fomento e gerenciamento de políticas para articulação de Parcerias Público Privadas, de concessões ou de adoções, com organizações da sociedade civil de interesse comum ou outros órgãos públicos em prol do desenvolvimento e da atenção aos grupos mais vulneráveis.

Planos de Gestão Pública abrangentes e permanentes e não somente de Governo, permitindo que as ações e políticas não sejam descontinuadas por interesses específicos ou de segmentos da sociedade.

Valorização da ciência, da técnica e do conhecimento como pilares das políticas e planos de gestão municipal e regional.

Gestão de serviços públicos baseada na qualificação de servidores, na adoção de processos modernos e eficientes e na implantação de tecnologias adequadas, visando resultados a todas as partes interessadas.

GESTÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

Nomeação de servidores de carreira concursados para ocupar cargos e funções técnicas que são exclusivas.

Observância ao que estabelece a Resolução 430/99, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, relativa à ocupação de cargos e funções técnicas no âmbito da administração municipal.

Garantia, prevista em lei, da autonomia para engenheiros, no exercício das suas atribuições profissionais.

Participação dos engenheiros em todas as etapas dos processos licitatórios, desde a elaboração do edital e descrição técnica do objeto da contratação, no projeto, na fiscalização da obra ou serviço, no pagamento de parcelas e na entrega.

Redução do número de cargos comissionados em prol da moralização da administração e valorização do servidor, realizando concursos e as respectivas nomeações para preenchimento das vagas.

Adoção de uma política salarial para os profissionais da Engenharia e Arquitetura, cuja base seja o piso do engenheiro conforme previsto na Lei 4.950-A/66, que, embora não se aplique para servidores da administração direta, sirva como parâmetro de remuneração inicial e base para a carreira pública. Com essa medida haverá valorização dos profissionais da área tecnológica de nível universitário, motivando-os a permanecer no funcionalismo, preservando cargos, funções e atividades com foco na Responsabilidade Técnica.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Garantia da viabilidade e execução dos serviços públicos imprescindíveis nas áreas de Engenharia, contemplando, na estrutura administrativa, as secretarias de Planejamento, Obras e Viação, Agricultura e Meio Ambiente.

Saneamento como política social e ambiental e não econômica, com o gerenciamento sob a responsabilidade do município e com acompanhamento técnico.

Produção de mudas, plantio, conservação, manutenção e gestão permanente de áreas verdes, praças e vias urbanas, com atenção especial ao manejo, poda e supressão de arbóreos em áreas públicas e privadas, com supervisão de profissionais especializados e respeito à legislação.

Fortalecimento da agricultura familiar no município e incentivo ao cultivo no meio urbano (agricultura urbana e hortas comunitárias, como forma de aproveitamento de áreas de risco, evitando ocupações e sub-habitações), com incentivo à assistência técnica e extensão rural, através da manutenção e execução de contrato com a EMATER-RS; educação e capacitação; tecnologia e inovação; e infraestrutura e logística, além de apoiar e desenvolver a comercialização e o acesso a mercados.

Atenção especial aos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos, garantindo investimentos em infraestrutura e tecnologia, e viabilizando a execução de uma política de manutenção, que garanta uma drenagem urbana e um sistema de controle de cheias eficaz, de forma permanente.

Apoio às feiras para venda de produtos da agricultura familiar, incluindo as feiras agroecológicas.

Implantar o sistema de inspeção municipal (SIM) para venda de produtos de origem animal.

Reforçar a compra de produtos da agricultura familiar para as escolas do município, através do PNAE e PAA, para uma alimentação saudável.

Investimento em políticas de mobilidade, ampliando as áreas atendidas pelo transporte coletivo, diversificando o uso de meios de transporte, recuperando e ampliando as vias exclusivas para bicicletas.

DESENVOLVIMENTO

Garantia de elaboração e/ou cumprimento do Plano Diretor, considerando em especial observações técnicas feitas por servidores de carreira sobre o uso e ocupação do solo, infraestrutura, mobilidade urbana, meio ambiente, habitação, áreas de lazer e serviços públicos, promovendo o crescimento ordenado e sustentável do município, assegurando qualidade de vida dos cidadãos.

Rigor na fiscalização de estruturas prediais em risco e no cumprimento pleno do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI), observando a legislação vigente e a defesa da vida.

Garantia da participação de entidades de classe e afins no planejamento urbano.

TRANSPARÊNCIA

Transparência na gestão municipal com ampliação e divulgação dos canais de acesso aos atos administrativos, investimentos e cronogramas de ação e de obras.

Prevalência da autonomia profissional visando garantir transparência e a qualificação das compras e contratações, com vista à credibilidade e eficiência da atividade pública.

ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Investimento em ações contra a negligência aos efeitos do aquecimento global, no âmbito da energia, transporte, agricultura, construção civil, indústria, gestão de resíduos, uso do solo, educação, saúde e de políticas públicas e de governança.

Realização de estudos para reassentamento de comunidades localizadas em áreas de risco de inundação, a partir de uma gestão habitacional de interesse social consciente e calcada em parâmetros técnicos definidos por servidores de carreira. Estas áreas de risco deverão ser ocupadas seja por equipamentos de lazer para a comunidade, seja por estímulo ao desenvolvimento de hortas comunitárias para melhoria do padrão alimentar de população de baixa renda.

Proibição, via Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, quanto à ocupação de áreas naturais de alagamento, visto que estas atuam como amortecedores naturais, absorvendo o excesso de água e ajudando a reduzir o impacto das cheias em áreas urbanas e rurais.

Manutenção preventiva, permanente e constante nos municípios onde existam infraestrutura de diques, comportas, casas de bombas e canais de drenagem como Sistema de Proteção contra Inundações da cidade.

Adoção de medidas preventivas e corretivas aos efeitos das mudanças climáticas (eventos extremos de abundância ou escassez hídrica) de forma local e regionalizada, tendo como base os Planos de Bacias Hidrográficas existentes.

Apoiar a criação/manutenção/fortalecimento de Comitês de Enfrentamento a Eventos Climáticos ou similares, reunindo entidades com atuação no âmbito municipal, para coordenar ações de resposta a desastres climáticos.

Estabelecer diretrizes para a prevenção, mitigação, e resposta a riscos associados a eventos climáticos extremos, visando reduzir impactos negativos na população e no meio ambiente.

Promover a conservação do solo e da água nos territórios municipais, rurais e urbanos, com o objetivo de aumentar a infiltração de água nos solos, reduzir o escoamento superficial e minimizar a erosão em áreas agrícolas e prevenir o aumento abrupto do nível dos cursos d'água.

Priorizar o trabalho em microbacias hidrográficas como unidades de planejamento estratégico, implementando ações que minimizem os riscos associados a eventos climáticos adversos, melhorando a resiliência ambiental e a segurança hídrica.



(51) 3230.1600

SENGE.ORG.BR

Av. Erico Verissimo, 960 | Porto Alegre-RS